



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2ª CONFERÊNCIA  
ANUAL CEBRI-BNDES

# Cooperação Internacional para um Futuro Inovador

PATROCÍNIO  
MASTER:



PATROCÍNIO:



## Sobre o CEBRI

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há mais de vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira.

[www.cebri.org](http://www.cebri.org)

PENSAR  
DIALOGAR  
DISSEMINAR  
INFLUENCIAR

### #2 *Think tank* da América do Sul e Central

*University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program 2019 Global Go To Think Tank Index Report*

---

**EQUIPE CEBRI** | Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Diretoras-Adjuntas: **Luciana Gama Muniz; Carla Duarte** | **PROJETOS** > Coordenadora Acadêmica e de Projetos: **Monique Sochaczewski** | Coordenadoras: **Cintia Hoskinson; Karen Soares Swanborn; Lara Azevedo; Teresa Rossi** | Estagiários: **Gustavo Berlie; Lara Cavaliere Chaves de Melo; Mateus Maracajá Tabach** | **COMUNICAÇÃO** > Coordenador de Comunicação e Gestão de Conteúdo: **Nilson Brandão** | Analista: **Gabriella Cavalcanti** | Assistente: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.** | Estagiário: **Henrique Vidal** | **EVENTOS** > Coordenadora: **Giselle Galdi** | Analista: **Ana Karina Wildt** | Assistente: **Danielle Batista** | Voluntário: **Lucas Ribeiro Bilheiro** | **INSTITUCIONAL** > Coordenadora: **Barbara Brant** | Analista: **Nana Villa Verde** | Assistente: **Caio Daniel Baldussi Vidal** | Estagiário: **Rodrigo Curty** | **ADMINISTRATIVO** > Coordenadora Administrativa e Financeira: **Fernanda Sancier** | Analista: **Kelly C. Lima** | Jovem Aprendiz: **Édovan Silva Ferreira** | Serviços Gerais: **Maria Audei Campos**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS -  
Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044  
Tel: +55 21 2206-4400 - [cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br) - [www.cebri.org](http://www.cebri.org)



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2ª CONFERÊNCIA  
ANUAL **CEBRI-BNDES**

# Cooperação Internacional para um Futuro Inovador

PATROCÍNIO MASTER:



PATROCÍNIO:



## Introdução

O grande potencial de investimentos na infraestrutura brasileira, com carteira de ativos da ordem de US\$ 50 bilhões, foi um dos principais temas das discussões da **2ª Conferência Anual CEBRI-BNDES - Cooperação internacional para um Futuro Inovador**, promovida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), no dia 12 de novembro de 2019, em parceria com Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

O evento precedeu a 11ª cúpula do Brics (grupo que inclui China, Rússia, Índia e África do Sul, além do Brasil), em Brasília, reunindo autoridades do governo brasileiro, executivos dos cinco bancos do Brics, especialistas, empresários e acadêmicos para debates em quatro painéis. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, *Keynote Speaker*, detalhou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, e apresentou alternativas em estudos para a montagem do cronograma dos próximos leilões de concessão (veja box à parte).



Na abertura institucional do encontro, o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou a atual conjuntura mundial, com os mercados globais de capitais se ajustando e oferecendo alternativas para a ampliação da capacidade de financiamento a investimentos de infraestrutura. A situação no Brasil foi considerada favorável, com inflação e taxas de juros em níveis historicamente baixos, e reformas estruturais encaminhadas. A política brasileira de abertura comercial contribui para atração de investimentos privados, nacional e estrangeiro.

Na sequência, o Presidente do Conselho Curador do CEBRI, José Pio Borges, apontou como correta a retomada do caminho da abertura econômica do Brasil, com a promoção de maior inserção internacional do país, gerando aumento de exportações e importações. A política do governo coincide com propostas de grupo de trabalho CEBRI-BNDES sobre o tema. O bloco do Brics reforça essa agenda. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e o Brics reúne três países da Ásia, região com dois terços da população mundial, mais de 50% do PIB do Planeta e que cresce a taxa duas vezes maior que a média do mundo.

O primeiro painel da Conferência tratou do futuro da cooperação em infraestrutura no âmbito dos Brics, com análise de formas de apoio de instituições financeiras para a alavancagem de projetos. O segundo painel centrou foco na atração de investimentos privados para o setor de infraestrutura. O terceiro deu ênfase à transição energética e a nova geopolítica da energia. O último painel debateu o novo framework para o financiamento do desenvolvimento sustentável, por meio do reforço de sinergias com o capital privado, bancos públicos e multilaterais.



Durante o evento foi entregue ao indiano Tushar Bharati, professor da University of Western Australia, o prêmio Brics Economics Research Award 2019, promovido pelo Exim Bank India, com o objetivo de estimular pesquisas econômicas e de demais temas de interesse dos países do Brics. A tese, premiada com US\$ 22 mil, analisou o impacto qualitativo de políticas públicas de educação em países em desenvolvimento, incluindo cases da Indonésia e Tanzânia.

---

## Leilões e otimismo marcarão infraestrutura brasileira em 2020

**C**om visão otimista sobre os rumos da economia brasileira e a capacidade de atração de investimentos do país, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, frisou que o Brasil tem hoje o maior programa de concessões do mundo. Somente este ano, o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) realizou mais de 30 leilões de ativos, entre terminais portuários, aeroportos, ferrovias, rodovias, óleo e gás. Criado em fins de 2016, e mantido pelo governo Bolsonaro, o PPI veio para ficar, trazendo nova governança para o setor.

Cumprido o cronograma de 2019, o governo concentra trabalho nas agendas de 2020 e 2021. A meta é fazer entre 40 e 44 leilões em 2020. O processo está em curso, com vários projetos em fase final de estruturação, muitos deles devendo ir para consulta pública em janeiro. Em 2020, serão organizados leilões de 23 aeroportos, em 3 blocos - Norte, ancorado pelo aeroporto de Manaus; Central, com o aeroporto de Goiânia; Sul, com os aeroportos de Curitiba, Navegantes e Foz de Iguaçu. Já estão sendo estruturados projetos da próxima rodada, com 19 aeroportos, e leilões previstos para final de 2021 e início de 2022, incluindo bloco ancorado pelos aeroportos de Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). Estimativas indicam que o mercado brasileiro de aviação crescerá muito nos próximos anos, passando de sexto maior do mundo para a terceira posição.

Para atingir esse resultado, o trabalho é no sentido da eliminação de barreiras regulatórias e de redução de impostos no setor da aviação. O momento é considerado propício para atacar um dos problemas mais graves do país, que é a infraestrutura, tão fundamental para o aumento de produtividade da economia. A inflação e os juros baixos no Brasil jogam a favor e contribuem para a migração de determinadas aplicações financeiras para o mercado de capitais, com investimentos na produção.

A conjuntura internacional é elemento a mais. O mundo faz revisões de crescimento para baixo, provocadas pelos efeitos da guerra comercial entre Estados Unidos e China, polarização política, envelhecimento da população. As economias centrais reagem com redução de taxas de juros, o que, conseqüentemente, torna os ativos brasileiros cada vez mais atraentes.

Para desenhar os novos projetos de concessão, a equipe do PPI centra atenção em obstáculos apontados por investidores. Um deles é a preocupação com os considerados excessos da legislação trabalhista no Brasil, embora, como foi dito



na Conferência, reformas promovidas no governo passado tenham reduzido as judicializações em 40%. Segundo o ministro, outras flexibilizações de legislação serão feitas para tornar as regras brasileiras mais aderentes às que existem em países do mundo. Entende-se que, como projetos de infraestrutura são de longo prazo, precisam ter contratos com certa flexibilidade, capazes de se adaptar a questões conjunturais, bons mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, e de resolução de conflitos.

Outro ponto de preocupação dos investidores é o risco cambial. O PPI procura tratar a questão com regras que sejam incorporadas nos próprios contratos de concessão. Uma das ideias é utilizar a parcela da outorga variável como amortecedor de flutuações do câmbio.

O Banco Central também fará mudanças nas operações de swap, tornando-as mais atrativas ao investidor. Da mesma forma, as debêntures incentivadas de infraestrutura ganharão reforço, com a criação de uma nova série de debêntures, ampliando, assim, o incentivo para o emissor.

O risco relacionado ao meio ambiente também será enfrentado, partindo do princípio de que preservação ambiental e investimento em infraestrutura são objetivos compatíveis. Ficou claro que, mais que apresentar uma série de ativos a serem leiloados, o governo busca criar um bom ambiente de negócios, que favoreça a vinda do investidor.

O setor portuário também foi destacado pelo ministro e continuará foco do PPI em 2020, com arredamentos de terminais e portos. Estão previstas ainda desestatizações de empresas que fazem administração de portos, como a Companhia Docas. O programa vai começar com o Espírito Santos, seguido por Santos (SP). O governo acredita que o setor crescerá significativamente, com a retomada do segmento de óleo e gás. Também está na pauta programa de estímulo à cabotagem, permitindo afretamentos de navios por viagem com suspensão de bandeira.

No setor de rodovias, o desafio do PPI é fazer 16 mil quilômetros de concessões em quatro anos. Para efeitos comparativos, o Brasil fez dez mil quilômetros rodoviários em 25 anos de história das concessões. Os primeiros cinco mil quilômetros já estão estruturados, devendo ir a leilão em 2020. A meta é ter sete leilões de rodovia no que vem, começando pela BR 101/SC. Estão previstos ainda leilões de quase toda a rede rodoviária do Paraná, com 4,1 mil quilômetros de concessão.

Rodovias da região Norte do país também estão no PPI, como a BR 163, importante via de escoamento de grãos do país, com mais de 12 milhões de toneladas transportadas. A rodovia, em fase final de pavimentação, será concedida à iniciativa privada.

Em ferrovias, o calendário é extenso e iniciou o ano com o leilão de trecho da NorteSul, que prevê R\$ 3 bilhões de investimentos no próximo ano e meio. Na sequência, virá a Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), em construção, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O primeiro trecho de concessão de Caetité até o porto de Ilhéus (ambos na Bahia) deverá ser leiloado no final do primeiro semestre de 2020. O projeto de concessão da Ferrogrão está sendo estruturado.

O governo trabalha no Congresso Nacional mudanças legislativas, para incluir o regime de autorizações ferroviárias no marco legal do setor. A medida, que prevê o benefício de perpetuidade de exploração, visa minimizar o risco de amortização do capital investido no empreendimento. Serão ainda prorrogados contratos de concessão de ferrovias, firmados na década de 90. Os novos contratos deverão eliminar barreiras, como as impedem o exercício do direito de passagem. Estima-se que as prorrogações deverão gerar cerca de R\$ 30 bilhões em novos investimentos ferroviários nos próximos anos. Somente na malha paulista serão R\$ 6 bilhões em cinco anos.

Segundo o Ministro da Infraestrutura, com toda essa movimentação, o Brasil vai reinaugurar a era das ferrovias privadas no país, aproximando-se do modelo dos Estados Unidos. Essas ações devem trazer reequilíbrio na matriz de transporte, com a participação ferroviária praticamente dobrando em oito anos. ●

## O futuro da cooperação em infraestrutura no âmbito dos BRICS

A interação entre bancos e agências multilaterais de desenvolvimento é caminho fértil para a ampliação da capacidade de investimentos em infraestrutura. O tema foi debatido no painel 1, moderado pelo Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, com a participação de dirigentes de cinco bancos dos países do Brics: Mikhail Poluboyarinov, Presidente Adjunto do banco russo VEB.RF; David Rasquinha, CEO do Exim Bank Índia; Zhang Xuguang, Vice-Presidente executivo do China Development Bank (CDB); Patrick Dlamini, CEO do Development Bank of Southern Africa (DBSA) e Sarquis J.B. Sarquis, Vice-Presidente do New Development Bank (NDB).

O Presidente do BNDES destacou o atual momento do Brasil, com abertura da economia, do comércio, dos investimentos, dos negócios, e do fluxo de capitais. A relevância da troca de experiências e de ideias entre bancos de desenvolvimento, e a cooperação internacional entre instituições foram apontadas como alternativa para alavancar *funding* e ampliar a capacidade de financiamentos, sobretudo em projetos de infraestrutura que envolvem grande volume de recursos. Houve





consenso de que os bancos de desenvolvimento do bloco Brics devem atuar como facilitadores de fluxos financeiros, sobretudo de capital privado, para a realização de investimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida da população e para as metas de desenvolvimento sustentável da agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Presidente Adjunto do VEB.RF, Mikhail Poluboyarinov, apresentou dados da economia russa, com crescimentos no PIB desde 2016, desaceleração em 2018, e previsão de fechar 2019 com alta de 1,1%. A inflação do país caiu para 4%, a taxa de desemprego gira em torno de 4,5%, as reservas cambiais acumulam US\$ 540 bilhões e o superávit fiscal representa 1,7% do PIB. O foco de atuação do banco de desenvolvimento russo é o financiamento à infraestrutura social e urbana, logística, setor de produção, alta tecnologia e projetos de proteção ambiental. A meta é financiar investimentos da ordem de US\$ 50 bilhões até 2024.

Já o Exim Bank Índia, criado em 1981, tem como principais eixos o financiamento à infraestrutura e a exportações de manufaturados, sobretudo farmacêuticos, químicos, têxteis, produtos de engenharia. A instituição tem financiamentos a projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento na Ásia e na África.

Com 25 anos de atuação, o China Development Bank (CDB), é um dos principais agentes de desenvolvimento do país asiático, com financiamentos maciços na área social e no setor de transporte ferroviário de alta velocidade. Mais de 12 mil quilômetros de malha foram implantados na China com recursos do CDB, um dos vinte maiores bancos do mundo também em lucratividade.

Com ênfase no processo de cooperação e troca de experiências, o CEO do Development Bank of Southern Africa (DBSA), Patrick Dlamini, mostrou-se muito bem impressionado com os avanços da produção brasileira de etanol e sugeriu que a tecnologia fosse disseminada também no país sul-africano, importante produtor de açúcar de cana, incentivando o tripé açúcar, etanol, energia. O financiamento à inovação é uma das prioridades do DBSA.

Já o Vice-Presidente do New Development Bank (NDB), Sarquis J.B. Sarquis, ressaltou o memorando de entendimento assinado pelo BNDES no dia 11 de novembro de 2019 com os bancos de desenvolvimento dos demais países que compõem o bloco, para mobilização de investimentos privados em projetos de infraestrutura nesses países e no Brasil. O acordo determina que as instituições criem um grupo de trabalho para avaliar experiências concretas de aplicação de recursos privados em projetos de infraestrutura. Os resultados devem ser consolidados e expostos aos dirigentes das entidades em 2021. A ideia é que sejam apresentadas iniciativas como soluções financeiras, modelagens para concessões e parcerias público-privadas (PPPs), bem como propostas de aperfeiçoamento dos marcos legais e regulatórios aplicáveis.

Segundo o executivo do NDB, iniciativas de cooperação internacional como esta são fundamentais para canalizar poupança para investimentos em infraestrutura, inclusive infraestrutura social. Com apenas quatro anos de operação, o NDB tem capital social de US\$ 5,4 bilhões, montante que deverá pular para US\$ 10 bilhões até 2021/2022. A carteira de operações do NDB com o Brasil soma US\$ 1,4 bilhão e deverá crescer para US\$ 2,5 bilhões até o final de 2020. O banco acaba de abrir escritório em São Paulo.

---

## Atração de investimentos para o setor de infraestrutura

Moderador do painel, André Clark, Conselheiro do CEBRI e Presidente e CEO da Siemens do Brasil, mostrou-se otimista com as perspectivas da economia brasileira e com o *pipeline* de projetos em infraestrutura. Constatou-se que o mercado brasileiro de infraestrutura já está aquecido, sobretudo no setor de energia, com *epécistas* e empresas de engenharia recebendo propostas de projetos e pedidos de cotações para futuras encomendas. O crescimento das emissões de debêntures incentivadas comprova o movimento em energia.

Coube à Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), palestrantes do painel, detalhar o avanço do programa oficial, que fez o Brasil montar uma carteira de propostas de investimentos em concessões, parceria público-privada (PPP), privatização ímpar no mundo, reunindo vários setores.

Criado com o objetivo de facilitar a vinda de investidores estrangeiros e nacionais, o PPI, além de reunir uma carteira de investimentos prioritários, tem ampla





coordenação com o governo federal, o que favorece o diálogo com potenciais investidores. Esta coordenação é vista como fundamental, principalmente frente às várias iniciativas no Congresso Nacional, para definição de novo marco regulatório do setor de saneamento, nova legislação do setor elétrico e de gás. Há ainda a comissão especial de revisão da legislação de concessão e PPP.

O painel fez um balanço do PPI em 2019, ano em que foram realizados 35 leilões, em diferentes segmentos: 13 áreas portuárias, 12 aeroportos, a rodovia BR 364/365, o tranco central da ferrovia Norte Sul, dois leilões de geração de energia, quatro leilões no setor de óleo e gás. Os cálculos são de que esses leilões gerem investimentos de cerca de R\$ 760 bilhões em 30 anos, além de R\$ 90 bilhões em outorgas para o governo federal. Segundo a Secretária Especial, o grande desafio hoje é diversificar a carteira do PPI, com desestatizações e privatizações de empresas federais, estaduais e municipais.

O PPI está estruturando modelo de venda dos Correios e trabalha agenda com entes subnacionais (estados e municípios), que têm grande potencial em infraestrutura social e de segurança pública, como creches, presídios, mobilidade urbana, iluminação pública, saneamento básico. Mais de 100 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto. O desafio é como tornar esses projetos mais interessantes e atraí-los à iniciativa privada. Projetos com estados e municípios esbarram ainda em dificuldades de contraprestação e garantias.

Luiz Ildelfonso Simões Lopes, Conselheiro do CEBRI e Chairman executivo da Brookfield Asset Management – empresa, hoje, com sede no Canadá, presente em trinta países, com cerca de U\$ 500 bilhões em ativos – lembrou que a companhia tem 120 anos de Brasil, e, ao longo desse período, o volume de investimento

flutuou muito, em função de momentos de hostilidade do governo ao investimento estrangeiro, e em momentos de apreciações excessivas da moeda, com impactos sobre preços.

Segundo ele, o Brasil tem oportunidades e a atratividade aumenta com taxas de juros tão baixas, como as atuais. A empresa opera anticiclos no país, atuando em momentos de pouca euforia de mercado. Assim, a Brookfield investiu em linhas de transmissão via leilões. Construiu portfólio de cerca de 6,5 mil quilômetros de linhas de transmissão. Entrou no segmento de gasodutos, com a NTS, parte sudeste da rede da Petrobras. E em saneamento, setor apontado como desafiador, onde o investidor tem que enfrentar 21 reguladores, com regras distintas. Nos últimos cinco anos, a empresa investiu mais de U\$ 20 bilhões em setores novos e em setores já existentes, como rodovias, ferrovias e saneamento.

O tamanho do *pipeline* de projetos brasileiros de infraestrutura atraiu a atenção dos chineses, que, com a estatal CCCC (China Communications Construction Company), compraram 80% do capital da brasileira Concremat, para, a partir daí, investirem no PPI. São cerca de vinte projetos de interesse, a maioria portos e ferrovias, confirmou Eduardo Viegas, Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios da Concremat/CCCC.

Para trazer tecnologia chinesa para o Brasil é preciso superar desafios, como a fragmentação da cadeia de suprimentos no setor brasileiro de engenharia e construção. O modelo tributário e as regras trabalhistas brasileiras também foram apontadas como obstáculos para entrada de mão de obra chinesa no país, mesmo em posições chave, ligadas à transferência tecnológica.

Outro ponto abordado no painel foi a governança de ativos de infraestrutura em estados e municípios, como saneamento, gás, iluminação pública, mobilidade urbana. Para o investidor privado, há dificuldades de alocação e verificação de riscos nesses casos. O Brasil tem cerca de 5,5 mil municípios, e o nível de riscos jurídicos e regulatórios em projetos subnacionais cresce de forma exponencial. Foram apontadas também questões de ordem ideológica, que afetam regras básicas do contrato.

Houve consenso de que é preciso melhorar o ambiente regulatório e a segurança jurídica para ter investimentos em PPPs em grande escala. Demanda por saneamento existe e é grande: metade da população brasileira não dispõe de serviço de esgoto. Pelos cálculos apresentados no painel, o investimento em saneamento básico chega a R\$ 2 mil por pessoa. Esse é o tamanho do mercado e da oportunidade.

No painel, foram citadas iniciativas no Congresso Nacional em favor do uso de fundos constitucionais como forma de garantia para as PPPs. Seria um meio de dar maior segurança jurídica ao investidor privado. Foi ressaltada também a importância de interlocução do PPI com órgãos de controle. Afinal, todos os projetos do programa passam pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em algum momento.

## Transição energética e a nova geopolítica da energia

As transformações em curso no setor de energia e os impactos nas relações econômicas e políticas entre países foram tema central do terceiro painel. Atualmente, as fontes fósseis respondem por cerca de 81% da matriz energética global, mas tal participação tende a cair nos próximos anos, podendo atingir 60% até 2040, conforme estimativas da Agência Internacional de Energia. Diante dessa perspectiva de uma nova configuração na matriz global, movida por demandas de redução das emissões de gases de efeito estufa e aumento da competitividade das fontes renováveis, oriundas por investimentos maciços, sobretudo da China, os impactos nas relações geopolíticas da energia tendem a ser expressivos.

Foi à luz desse contexto que a mediadora Clarissa Lins, Senior Fellow do CEBRI e Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e sócia fundadora da Catavento Consultoria, trouxe para o debate três questões essenciais para se delinear





futuros cenários: quais serão os novos contornos das relações entre países; quais os efeitos das novas demandas da sociedade por consumo e da inovação tecnológica sobre o setor; e os desafios e oportunidades para o Brasil nesse novo panorama global da energia. Os debatedores Carla Lacerda, Presidente ExxolMobil Brasil; Luiz Barroso, CEO da PSR Energy Consulting and Analytics; Jorge Camargo, membro do Conselho Curador do CEBRI; e Thiago Barral – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), chegaram a alguns consensos.

Entre os principais, destacam-se a relevância do Brasil nessa nova configuração geopolítica, emergindo como potência em óleo e gás e em fontes renováveis, desde que saiba aproveitar a janela de oportunidades já aberta; a predominância do petróleo e do gás na matriz energética global, tanto pela continuidade da demanda, quanto por iniciativas inovadoras por parte das grandes empresas produtoras para mitigação das emissões de CO<sub>2</sub>, advindas de combustíveis fósseis; e o aumento da competitividade das fontes renováveis de energia, apesar da atual limitação de armazenamento e seus reflexos sobre a segurança energética.

A emergência da Ásia, sobretudo da China, como grande consumidora de energia se traduz em 4,5 bilhões de pessoas saindo de uma pobreza profunda para uma classe média que passa a demandar energia. Tal cenário, e seus desdobramentos, serão essenciais no processo de transição energética. Ocorre que ainda não há clareza sobre como a China lidará com a questão da segurança energética, embora aponte para a diversificação. A expansão das fontes renováveis trouxe elemento importante para análise, relacionado à dificuldade de armazenamento dos recursos – como o sol e o vento – em comparação à facilidade de transporte de

petróleo e gás. O grande embate geopolítico passa a ser, nesse caso, por inovação, capital e reservas minerais, matérias-primas para baterias.

Autossuficientes, por sua vez, os Estados Unidos continuarão *player* relevante no contexto da energia, especialmente em óleo e gás, a partir do advento do *shale*. Enquanto houver demanda por petróleo, haverá investimento. Estimativas da ExxonMobil apontam que em 2040 a demanda mundial por exportações americanas de *shale* e dos líquidos associados ao gás será de 4 milhões a 5 milhões de barris/dia.

Mas, embora a geopolítica da energia historicamente se confunda com a do petróleo e gás, a transição energética trouxe novos atores, fontes (renováveis) e comportamentos à cena, tornando a relação de forças ainda mais complexa. A lógica de uma geopolítica demarcada por países consumidores e produtores está se desmanchando, apesar do protagonismo da China na temática das renováveis, e dos EUA em gás natural, levando a novos fatores de risco. As novas potências serão aquelas que consigam promover transição energética, com atração de capital e sem destruição de valor.

## Novo framework para o financiamento do desenvolvimento sustentável

Opainelreuniuespecialistasdoprivadoedebancosdesenvolvimento, representantes de setores que o governo espera ver atuando em conjunto na nova estratégia de financiamento no país, sobretudo em infraestrutura. A proposta do governo, conforme o moderador Erivaldo Alfredo Gomes, Secretário de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia, prevê a entrada do capital privado nacional como agente propulsor dos novos investimentos e a correlata redução da participação pública.

A prioridade do governo é resolver o *gap* da infraestrutura intensificando o apoio ao setor privado nacional, mobilizando o mercado de capitais. Nesse novo cenário, caberá aos bancos de desenvolvimento novo papel, que passa ao largo da concessão de financiamentos para o setor público. Na nova agenda, conforme Gomes, as instituições de fomento devem atuar criando instrumentos de apoio em moeda local, como garantia e *project finance*, deixando em segundo plano financiamentos tradicionalmente direcionados ao setor público, além de reforçar sinergias com o capital privado, bancos públicos e multilaterais.





Em linha com esse objetivo, os debatedores convidados, Edson Ogawa, Head de Project Finance do Santander; Leslie Maasdorp, Vice-Presidente e CFO do New Development Bank (NDB); Sergio Suchodoski, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); e Julio Costa Leite, Superintendente da Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES, discorreram sobre mecanismos para ampliar a presença do capital privado no setor de infraestrutura no país.

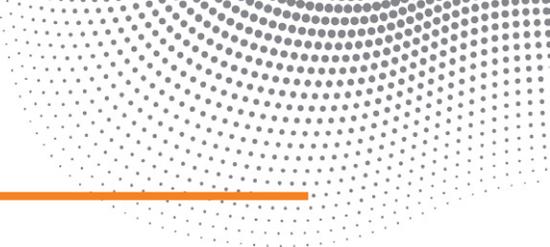
Atualmente, essa participação é relevante, respondendo por cerca de 60% dos investimentos realizados, mas em termos de valor (cerca de 2% do PIB) ainda é baixo quando comparado ao montante necessário para fazer frente à demanda do setor de infraestrutura. A nova rodada de investimentos prevista com maior participação de fontes privadas de financiamento deve incluir modelo que combine redução de subsídios públicos com pluralidade de agentes financiadores, como bancos multilaterais, agências de exportação, mercado de capitais e bancos de desenvolvimento.

Tal movimento já foi iniciado, com o reposicionamento do BNDES, que reduziu sua atuação e seu protagonismo como financiador de projetos de infraestrutura, abrindo espaço para a entrada de novos participantes. Com o esperado aumento dos investimentos no setor, a partir de um *pipeline* robusto, como o Programa de Parceiras de Investimentos (PPI), a diversidade de fontes de financiamento será demanda natural do mercado.

Nessa nova agenda, os bancos de desenvolvimento, como o NDB, BNDES, BDMG, permanecem como instrumentos relevantes no financiamento sustentável, sobretudo em projetos de infraestrutura e mobilidade urbana, mas também a



partir da criação de políticas e gestão de programas específicos voltados para preservação ambiental e mitigação de mudanças climáticas. Os bancos de desenvolvimento têm papel essencial como facilitadores de fluxos financeiros privados para investimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida da população e para as metas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).



---

## Conclusão

O Brasil está criando estratégias para oferecer grandes oportunidades de participação do capital privado no novo programa de investimentos em infraestrutura brasileira, com carteira de ativos da ordem de US\$ 50 bilhões. Novos modelos de financiamento, a partir de maior interação entre setor privado, bancos e agências multilaterais de desenvolvimento, redução de subsídios públicos, pluralidade de agentes financiadores e participação ativa do mercado de capitais são alguns exemplos das mudanças em curso.

O País apresenta conjuntura econômica favorável, com inflação e taxas de juros em níveis historicamente baixos, e reformas estruturais encaminhadas. A política brasileira de abertura comercial contribui para atração de investimentos privados, nacional e estrangeiro.

Há, entretanto, fatores de risco que devem ser combatidos, como o cambial, os regulatórios e os ambientais. Houve consenso de que é preciso melhorar o ambiente regulatório e a segurança jurídica para ter investimentos em PPPs em grande escala. O PPI procura tratar a incerteza com regras que sejam incorporadas aos próprios contratos de concessão. Já o Banco Central fará mudanças nas operações de swap, tornando-as mais atrativas ao investidor. A questão ambiental merece destaque entre as novas prioridades, considerando que preservação ambiental e investimento em infraestrutura são objetivos compatíveis.

Nesse contexto, o Brasil tem condições de se tornar potência geopolítica regional na área de energia, a partir do pré-sal e da grande participação de fontes renováveis em sua matriz e a partir de investimentos em integração energética com os demais países do continente.

A nova agenda prevê que os bancos de desenvolvimento permaneçam como instrumentos relevantes no financiamento sustentável, atuando como facilitadores de fluxos financeiros privados para investimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida da população e para as metas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## CONSELHOS

---

### Presidente

José Pio Borges

### Presidente Emérito

Fernando Henrique Cardoso

### Vice-Presidentes

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

Tomas Zinner

### Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

### Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

### Diretora Executiva

Julia Dias Leite

### Conselho Curador

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Armínio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Claudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Paulo Hartung

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

### Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Flávio Damico

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

## SENIOR FELLOWS

---

André Soares  
Benoni Belli  
Clarissa Lins  
Daniela Lerda  
Denise Nogueira Gregory  
Diego Bonomo  
Evangelina Seiler  
Fabrício Sardelli Panzini  
Fernanda Guardado  
Izabella Teixeira  
Larissa Wachholz  
Leandro Rothmuller  
Matias Spektor  
Monica Herz  
Patrícia Campos Mello  
Paulo Sergio Melo de Carvalho  
Pedro da Motta Veiga  
Ricardo Sennes  
Rogerio Studart  
Sandra Rios  
Tatiana Rosito  
Vera Thorstensen

# ASSOCIADOS

---

## Instituições

ABIQUIM	Huawei
Aegea	IBÁ
Aeróleo Táxi Aéreo	IBRAM
BAMIN	Icatu Seguros
Banco Bocom BBM	InvestHK
BASF	Ipanema Investimentos
BMA Advogados	Itaú Unibanco
BNDES	JETRO
BRF	Klabin
Brookfield Brasil	Lazard
Bunker One	Mattos Filho Advogados
Captalys Investimentos	Museu do Amanhã
CCCC/Concremat	Michelin
Colégio Bandeirantes	Neoenergia
Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro	Oktri Empreendimentos
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo	Paper Excellence
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro	Petrobras
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro	Pinheiro Neto Advogados
CTG Brasil	Prumo Logística
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira	Repsol Sinopec
Dynamo	Sanofi
EDP	Santander
Elektrobras	Shell
Energisa	Siemens
ENEVA	Souza Cruz
ENGIE Brasil	State Grid
Equinor	Tecnoil
ExxonMobil	Total E&P do Brasil
FCC S.A.	Vale
Grupo Lorentzen	Veirano Advogados
Grupo Ultra	Vinci Partners

---

## Sócios individuais

Adriano Abdo  
Álvaro Otero  
Antonio Alberto Gouvêa Vieira  
Antonio Poncioni Mérian  
Armínio Fraga  
Carlos Leoni de Siqueira  
Carlos Mariani Bittencourt  
Celso Lafer  
Claudine Bichara de Oliveira  
Cristina Pinho  
Décio Oddone  
Eduardo Prisco Paraíso Ramos  
Fernando Bodstein  
Fernando Cariola Travassos  
Frederico Axel Lundgren  
Guilherme Frering  
Henrique Rzezinski  
Jaques Scvirer  
João Felipe Viegas Figueira de Mello  
João Roberto Marinho  
José Francisco Gouvêa Vieira  
Larissa Wachholz

Laura Pinheiro  
Leonardo Coelho Ribeiro  
Marcelo Weyland Barbosa Vieira  
Marcio João de Andrade Fortes  
Maria Pia Mussnich  
Mauro Viegas Filho  
Najad Khouri  
Paulo Ferracioli  
Pedro Leitão da Cunha  
Ricardo Levisky  
Roberto Abdenur  
Roberto Amadeu Milani  
Roberto Guimarães Martins-Costa  
Roberto Pereira de Almeida  
Roberto Prisco Paraíso Ramos  
Roberto Teixeira da Costa  
Rosana Lanzelotte  
Sergio Zappa  
Thomas Trebat  
Tomas Zinner  
Victor Galante  
Vitor Hallack

---

## Membros fundadores

Carlos Mariani Bittencourt  
Celso Lafer  
Daniel Klabin  
Eliezer Batista da Silva (*in memoriam*)  
Gelson Fonseca Jr.  
João Clemente Baena Soares  
Luciano Martins de Almeida (*in memoriam*)  
Luiz Felipe Palmeira Lampreia (*in memoriam*)  
Luiz Olavo Baptista  
Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga  
Marcus Vinicius Pratini de Moraes  
Roberto Teixeira da Costa  
Sebastião do Rego Barros Netto (*in memoriam*)  
Walther Moreira Salles (*in memoriam*)

---

## Membros Eméritos

Célio Borja  
Eliezer Batista da Batista (*in memoriam*)  
Hélio Jaguaribe (*in memoriam*)  
João Clemente Baena Soares



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito, em 2019, como o segundo melhor *think tank* da América do Sul e Central pelo relatório *2019 Global Go To Think Tank Index Report* do *Think Tanks and Civil Societies Program* da Universidade da Pensilvânia.

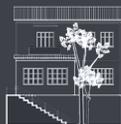
---

#### ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336  
Gávea, Rio de Janeiro – RJ - Brasil  
CEP: 22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)



@cebrionline

[www.cebri.org](http://www.cebri.org)